



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2016.
(Do Sr. Pauderney Avelino)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Valdir Simão, a respeito de medidas administrativas para reduzir os gastos do governo federal.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal e no inciso I do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Valdir Simão, pedido de informação a respeito de medidas administrativas para reduzir os gastos do governo federal, em especial no tocante aos seguintes aspectos:

1. Quantos cargos comissionados foram efetivamente extintos após o anúncio do corte de 3 mil cargos no âmbito da administração pública federal?
2. Quais as razões da não implementação do corte de 10% na remuneração dos Ministros de Estado, conforme anunciado pelo governo?
3. Qual valor foi exatamente economizado após o anúncio, em outubro de 2015, de medidas administrativas para reduzir



CÂMARA DOS DEPUTADOS

os gastos do governo? Pede-se detalhar os valores economizados com cada uma das medidas, quais sejam, diminuição de ministérios e secretarias, redução de cargos comissionados, corte de gastos com telefonia e passagens aéreas, revisão dos contratos de aluguel e de prestação de serviços e metas de eficiência no uso de água e energia.

Quaisquer documentos, se houver, que sejam remetidos com a chancela de “sigilosos” terão exibição restrita apenas a este requerente, aplicando-se o disposto no art. 98, § 5º, do RICD.

J U S T I F I C A T I V A

Numa tentativa de cobrir parte do déficit de R\$ 30,5 bilhões previsto no Orçamento da União para 2016, a Presidente Dilma Rousseff anunciou no último mês de outubro uma reforma administrativa, prevendo medidas como reduções de salários, de ministérios, de secretarias especiais e de cargos comissionados.

A previsão do governo era economizar R\$ 200 milhões com esses cortes. Todavia, passados quatro meses do anúncio, a promessa está distante de ser integralmente cumprida. Conforme amplamente divulgado pela imprensa¹, o montante alcançado até agora foi de apenas R\$ 16,1 milhões.

¹ <http://oglobo.globo.com/brasil/de-3-mil-cargos-que-seriam-extintos-por-dilma-so-346-foram-cortados-18372743>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Muito do fracasso da reforma administrativa se deve ao verdadeiro balcão de negócios montado pelo governo para a composição da Esplanada dos Ministérios e dos cargos de segundo e terceiro escalões. Os cortes anunciados geraram insatisfação da base governista no Congresso, em um momento em que o governo busca aprovar medidas de ajuste e também evitar o andamento do processo de impeachment da Presidente da República.

Assim, a propagada diminuição de ministérios e secretarias foi menor do que a esperada. Mesmo após a conclusão do processo de fusão e extinção de pastas, o governo ainda mantém absurdas três dezenas de ministérios, muitos dos quais se prestam apenas a acomodar aliados em troca de apoio político. Ademais, das 30 secretarias especiais que se pretendia extinguir, apenas 7 foram de fato cortadas da estrutura federal.

Quanto aos cargos nas administrações direta e indireta, existiam 22.600 cargos comissionados antes do anúncio da reforma. Porém, conforme divulgado pela imprensa, da já tímida redução de 3 mil cargos, foram extintos pouco mais de 300 cargos. A remuneração média global do cargo comissionado é de R\$ 10.585,90.

Em relação à redução salarial dos Ministros de Estado, nada foi feito. O corte levaria os salários à casa dos R\$ 27.841,23. Entretanto, todos seguem recebendo os mesmos R\$ 30.934,70 que já percebiam antes do anúncio. E, ao que parece, o governo não tem prazo para fazer valer a medida, que desagrada os titulares das pastas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Além disso, não há dados oficiais sobre o montante efetivamente economizado com o corte de gastos com telefonia e passagens aéreas, com a revisão dos contratos de aluguel e de prestação de serviços ou com as propagadas metas de eficiência no uso de água e energia.

Resta evidente, portanto, que a reforma administrativa não passou de mais uma promessa descumprida pela Presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, o presente requerimento tem como objetivo coletar informações para comprovar que ao mesmo tempo em que propõe a volta da CPMF e uma nova reforma da previdência, o governo é incapaz de cumprir as medidas de austeridade fiscal por ele anunciadas.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2016.

Deputado PAUDERNEY AVELINO
DEM/AM